



Proposta da **Comissão Europeia** de quadro financeiro plurianual para 2014-2020

COMISSÃO EUROPEIA



***Europe Direct* é um serviço que responde às suas perguntas sobre a União Europeia.**

Linha telefónica gratuita (*):

00 800 6 7 8 9 10 11

(*) Alguns operadores de telefonia móvel não permitem o acesso aos números iniciados por 00 800 ou cobram estas chamadas.

Encontram-se disponíveis numerosas outras informações sobre a União Europeia na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu>)

Uma ficha bibliográfica figura no fim desta publicação

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais de União Europeia, 2011

ISBN 978-92-79-21298-7

doi: 10.2761/80045

© União Europeia, 2011

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

Printed in Belgium

USING ENVIRONMENTAL PRINT TECHNOLOGY

Proposta da Comissão Europeia de quadro financeiro plurianual para 2014-2020

Guia básico para o quadro financeiro plurianual

O quadro financeiro plurianual (QFP), correspondente às antigas «perspectivas financeiras, não é o orçamento da UE para um período de sete anos. É um mecanismo que garante a previsibilidade das despesas da União Europeia e, simultaneamente, a sua sujeição a uma disciplina orçamental rigorosa. Define os valores máximos («limites máximos») disponíveis para cada um dos principais domínios de despesas («rubricas») do orçamento da União. Neste contexto, o Parlamento Europeu e o Conselho, que constituem a «autoridade orçamental» da União, têm de aprovar todos os anos o orçamento para o ano seguinte. Na realidade, o orçamento anual aprovado é sempre inferior ao limite máximo global do QFP.

De facto, o QFP **define as prioridades políticas** para os anos vindouros e constitui, por conseguinte, um quadro tanto político como orçamental («em que domínios deve a UE investir mais ou menos no futuro?»).

As propostas pormenorizadas para as várias políticas sectoriais (coesão, agricultura, investigação e inovação, educação, etc.) no próximo período serão aprovadas pela Comissão até ao final de 2011.

O período do actual QFP teve início em 2007 e termina em 2013.

Comparação entre os quadros financeiros plurianuais de 2007–2013 e 2014–2020

(em preços de 2011)

preços de 2011		2007–2013	2013	2013 * 7	2014–2020
Dotações de autorização	em milhares de milhões de euros	993,6	146,4	1 024,8	1 025,0
	em % do RNB	1,12%	1,12%		1,05%
Dotações de pagamento	em milhares de milhões de euros	942,8	137,8	964,4	972,2
	em % do RNB	1,06%	1,05%		1,00%

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

CAPÍTULO 2

O QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL

Artigo 312.º

1. O quadro financeiro plurianual destina-se a garantir que as despesas da União sigam uma evolução ordenada dentro dos limites dos seus recursos próprios.
O quadro financeiro plurianual é estabelecido por um período de pelo menos cinco anos.
O orçamento anual da União respeita o quadro financeiro plurianual.
2. O Conselho, deliberando de acordo com um processo legislativo especial, adopta um regulamento que estabelece o quadro financeiro plurianual.
O Conselho delibera por unanimidade, após aprovação do Parlamento Europeu, que se pronuncia por maioria dos membros que o compõem.
O Conselho Europeu pode adoptar, por unanimidade, uma decisão que autorize o Conselho a deliberar por maioria qualificada quando adoptar o regulamento a que se refere o primeiro parágrafo.
3. O quadro financeiro fixa os montantes dos limites máximos anuais das dotações para autorizações por categoria de despesa e do limite máximo anual das dotações para pagamentos. As categorias de despesas, em número limitado, correspondem aos grandes sectores de actividade da União.
O quadro financeiro prevê todas as demais disposições que sejam úteis para o bom desenrolar do processo orçamental anual.
4. Se o regulamento do Conselho que estabelece um novo quadro financeiro não tiver sido adoptado no final do quadro financeiro precedente, os limites máximos e outras disposições correspondentes ao último ano deste quadro são prorrogados até à adopção desse acto
5. Durante todo o processo que conduz à adopção do quadro financeiro, o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão tomam todas as medidas necessárias para facilitar essa adopção.

Dados globais da proposta da comissão

Quadro financeiro plurianual 2014–2020

(em milhões de euros, preços de 2011)

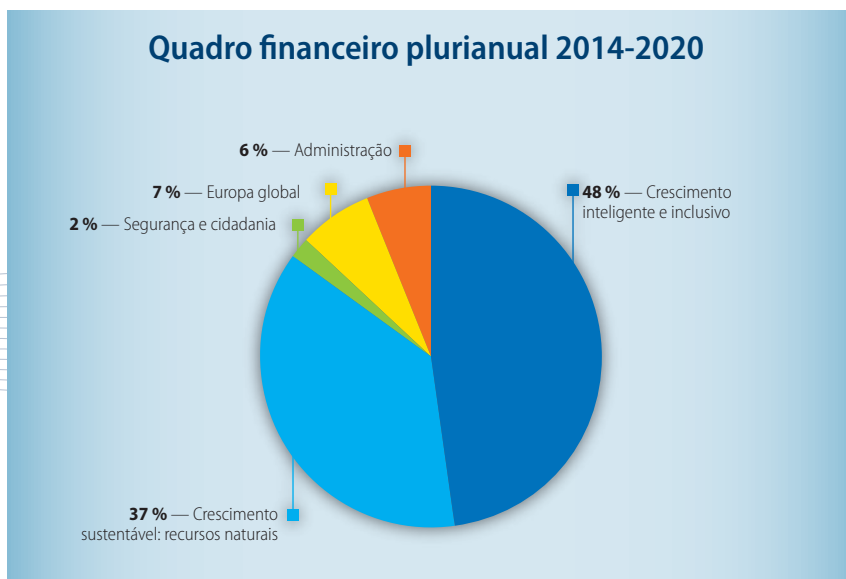
DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total 2014–2020
1. Crescimento inteligente e inclusivo	64 696	66 580	68 133	69 956	71 596	73 768	76 179	490 908
incluindo: coesão económica, social e territorial	50 468	51 543	52 542	53 609	54 798	55 955	57 105	376 020
2. Crescimento sustentável: recursos naturais	57 386	56 527	55 702	54 861	53 837	52 829	51 784	382 927
incluindo: despesas de mercado e pagamentos directos	42 244	41 623	41 029	40 420	39 618	38 831	38 060	281 825
3. Segurança e cidadania	2 532	2 571	2 609	2 648	2 687	2 726	2 763	18 535
4. Europa global	9 400	9 645	9 845	9 960	10 150	10 380	10 620	70 000
5. Administração	8 542	8 679	8 796	8 943	9 073	9 225	9 371	62 629
incluindo: despesas administrativas das instituições	6 967	7 039	7 108	7 191	7 288	7 385	7 485	50 464
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	142 556	144 002	145 085	146 368	147 344	148 928	150 718	1 025 000
em percentagem do RNB	1,08%	1,07%	1,06%	1,06%	1,05%	1,04%	1,03%	1,05%
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE PAGAMENTO	133 851	141 278	135 516	138 396	142 247	142 916	137 994	972 198
em percentagem do RNB	1,01%	1,05%	0,99%	1,00%	1,01%	1,00%	0,94%	1,00%

O limite máximo global de autorizações proposto pela Comissão para o período de 2014-2020 é de 1,025 biliões de euros. Este **montante é igual ao do último ano do actual QFP (2013) multiplicado por 7 (anos)**. Também corresponde a 1,05% do RNB previsto da UE, contra 1,12% do actual QFP. O limite máximo dos pagamentos é igual a 1,00% do RNB (contra 1,06% no período 2007-2013).

Estes valores não incluem **um certo número de instrumentos de flexibilidade que tradicionalmente estão fora do âmbito do QFP, dado que não são «programáveis»** (reserva para ajudas de emergência, Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, Fundo de Solidariedade, Instrumento de Flexibilidade). No entanto, se em caso de emergência a autoridade orçamental decidir recorrer a fundos suplementares, estes são inscritos no orçamento anual da União Europeia. Além disso, o Fundo Europeu de Desenvolvimento é financiado fora do orçamento por ter um sistema de financiamento diferente.

A proposta da Comissão prevê ainda a retirada do QFP do **ITER** (Reactor Termonuclear Experimental Internacional) e do **GMES** (Monitorização Global do Ambiente e Segurança), dado que a sua grande dimensão, os desafios tecnológicos que implicam e o facto de haver outros intervenientes externos à UE, provocariam incertezas para o orçamento da União Europeia.

A totalidade da despesa que **não se enquadra no QFP** poderá ascender, no máximo, a 0,06 % do RNB da UE.



Novidades para o crescimento, o emprego e a coesão

A **Facilidade «Interligar a Europa»** é um novo mecanismo de financiamento das infraestruturas prioritárias de transportes, energia e TIC com reconhecido interesse pan-europeu. Será **gerida a nível central** pela Comissão Europeia e será financiada (40 mil milhões de EUR mais 10 mil milhões de EUR da política de coesão) a partir de uma nova secção do orçamento. As taxas de co-financiamento do orçamento da UE serão mais elevadas quando os investimentos tiverem lugar nas regiões mais pobres da Europa.

São propostos **instrumentos de financiamento inovadores** com vista a acelerar e assegurar um maior investimento do que poderia ser obtido apenas através do financiamento público, em especial através da emissão de **obrigações da UE para o financiamento de projectos**.

A Comissão propõe o enquadramento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Social Europeu e do Fundo de Coesão num **quadro estratégico comum**, que abrangerá igualmente o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas.

A Comissão propõe a **celebração de contratos de parceria** com cada Estado Membro, para que a programação seja mais orientada para os resultados. Estes contratos de parceria podem igualmente incluir condições a nível macroeconómico, por forma a melhorar a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros.

Os fundos da coesão continuarão a estar concentrados nas regiões e Estados Membros menos desenvolvidos. No entanto, a fim de suavizar a transição das regiões em «saída progressiva» do objectivo de convergência e colocar em pé de igualdade as regiões com um nível de prosperidade idêntico, será criada uma **nova categoria de «regiões em transição»** (cujo PIB per capita se situa entre 75 % e 90 % da média da UE).

O financiamento da coesão centrar-se-á nos investimentos que contribuem para atingir os objectivos quantificados estabelecidos na estratégia Europa 2020, apoiado por **disposições de condicionalidade** específicas. A condicionalidade assumirá a forma de condições ex ante, que devem estar reunidas antes do desembolso dos fundos, e de condições ex post, que permitem a atribuição de financiamento adicional quando são atingidos certos resultados predefinidos.

As prioridades e condições do financiamento, incluindo um sistema de acompanhamento dos progressos na consecução dos objectivos definidos, farão parte dos «contratos de parceria» que serão objecto de acordo entre a Comissão e cada Estado-Membro.

O Fundo Social Europeu irá proporcionar financiamento para acções estruturais de coesão económica, social e territorial, através de **quatro pólos de investimento principais**: emprego, educação, inclusão social e melhoria da administração pública.

A execução também vai ser simplificada, a fim de reduzir os encargos administrativos para os Estados-Membros.

O **Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização** continuará a apoiar os trabalhadores que perderam o seu emprego em resultado de importantes mudanças estruturais. Além disso, vai **alargar o seu âmbito de aplicação**, para atenuar o impacto sobre os agricultores de novos acordos comerciais.

Novidades para a investigação e inovação

Os três principais regimes de financiamento da investigação e desenvolvimento (Programa «Competitividade e Inovação», 7.º Programa-Quadro e Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia) serão reunidos no âmbito do **«Horizonte 2020»**: um quadro estratégico comum que visa eliminar a fragmentação e evitar a duplicação de esforços.

Os regimes de financiamento serão normalizados e simplificados. Na mesma linha, todos os regimes de financiamento serão sujeitos a **um único conjunto de regras** em matéria de participação, auditoria, estruturas de apoio, divulgação dos resultados e sistemas de reembolso.

Em termos de financiamento, os instrumentos financeiros inovadores vão ajudar a mobilizar **investimentos privados**, tais como as parcerias público privadas.

Novidades para a agricultura e o ambiente

«**Ecologização**» de 30% dos pagamentos directos aos agricultores: para assegurar que a Política Agrícola Comum (PAC) ajuda a UE a atingir os seus objectivos em matéria ambiental e de acção climática, 30 % dos pagamentos directos ficarão condicionados ao respeito de um conjunto de boas práticas ambientais, para além das actuais obrigações decorrentes da condicionalidade existente.

Convergência dos pagamentos: os níveis de ajuda directa por hectare serão gradualmente ajustados (tendo no entanto em consideração as diferenças que ainda existem em termos salariais e de custos dos factores de produção), a fim de assegurar uma distribuição mais equitativa dos pagamentos directos aos agricultores europeus. Até 2020, os Estados-Membros com pagamentos directos inferiores a 90 % da média da UE devem colmatar em um terço o fosso existente entre o seu nível actual e 90 % da média da UE. Esta convergência será financiada proporcionalmente por todos os Estados Membros cujos pagamentos directos se situem acima da média da UE.

Limitação do nível dos pagamentos directos, fixando um tecto para o nível de base do apoio directo ao rendimento de que podem beneficiar as grandes explorações agrícolas, tendo em conta as economias de escala realizadas por estruturas de maior dimensão e o emprego directo criado por estas estruturas. A proposta irá permitir realizar economias que serão reintroduzidas na dotação orçamental para o desenvolvimento rural e, por conseguinte, retidas nos pacotes nacionais dos Estados-Membros de onde provêm.

A atribuição dos fundos de **desenvolvimento rural** será baseada em critérios mais objectivos e melhor orientados para os objectivos da política sectorial. Tal permitirá garantir um tratamento mais equitativo dos agricultores que desenvolvem actividades idênticas.

Novidades para o ambiente e acção climática

As prioridades de acção no domínio do ambiente e das alterações climáticas serão integradas transversalmente em todos os grandes instrumentos de financiamento da UE, incluindo a coesão, agricultura, assuntos marítimos e pescas, investigação e inovação, bem como nos programas de ajuda externa.

O objectivo é **aumentar a proporção das despesas relacionadas com o clima para pelo menos 20 %**, com contribuições provenientes de diferentes domínios de intervenção, desde que tal seja confirmado por resultados de avaliações de impacto. Esta abordagem contribuirá também para evitar uma proliferação de programas e minimizar a carga administrativa.

O **Programa LIFE+** vai prosseguir e incluir uma maior percentagem de acções climáticas. Um subprograma «Acção Climática» incidirá em projectos-piloto e projectos de demonstração de pequena escala. Serão utilizados projectos integrados, por exemplo, para promover as estratégias de adaptação transfronteiriças em zonas sujeitas a inundações. O futuro programa deve continuar a ser gerido a nível central, mas certas tarefas poderão ser delegadas numa agência de execução já existente.

Novidades para a justiça, a saúde e a segurança

O **Instrumento Financeiro para a Protecção Civil (IFPC)** será renovado para abordar os diferentes aspectos da gestão de catástrofes, nomeadamente uma resposta mais coerente e mais bem integrada em caso de emergência, uma melhor preparação para fazer face às situações de catástrofe e acções inovadoras para reduzir o risco de catástrofe.

No domínio dos assuntos internos, **o número de fundos será reduzido para dois**: o Fundo para a Migração e o Asilo e o Fundo para a Segurança Interna. Ambos os fundos terão uma dimensão externa, assegurando a continuidade do financiamento, que começa na UE e se estende a países terceiros.

A Comissão prevê igualmente a substituição da programação anual por uma **programação plurianual** orientada para os resultados, reduzindo assim a sobrecarga administrativa de todos os intervenientes.

Os vários programas existentes no domínio da justiça serão agrupados **num programa «justiça» e num programa «direitos e cidadania»**, a fim de simplificar as modalidades de financiamento e assegurar uma maior coerência entre todas as actividades financiadas.

O **novo programa «saúde para o crescimento»** será orientado para acções com claro valor acrescentado da UE, em conformidade com as prioridades da estratégia Europa 2020. O objectivo principal consiste em trabalhar com os Estados-Membros no sentido de proteger os cidadãos contra as ameaças transfronteiriças para a saúde, de aumentar a sustentabilidade dos serviços de saúde e de melhorar a saúde da população, incentivando simultaneamente a inovação em matéria de saúde.

Novidades na cena mundial

Um único instrumento de pré-adesão integrado que prossiga os objectivos dos fundos estruturais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Substituição dos programas nos países industrializados e países emergentes por um **novo instrumento de parceria** para apoiar a diplomacia pública, as abordagens comuns, a promoção do comércio e a convergência regulamentar.

A criação de um **instrumento pan-africano** de apoio à execução da Estratégia Conjunta África Europa, incidindo em actividades regionais e continentais.

Novidades na administração da UE

A Comissão propôs **alterações significativas ao actual Estatuto dos Funcionários**. Estas alterações têm por objectivo, nomeadamente, reduzir os efectivos da UE em 5 %, obrigando todas as instituições, organismos e agências a proceder a novos ganhos de eficiência e economias, garantindo ao mesmo tempo uma função pública europeia com elevados níveis de qualidade.

Esta redução dos efectivos deve ser compensada por um **aumento de 2,5 horas do horário de trabalho semanal, sem ajustamentos salariais compensatórios**.

Há apenas sete anos, a Comissão Europeia **empreendeu uma grande reforma** da sua administração, que incluiu nomeadamente vencimentos mais baixos aquando do recrutamento, criação de uma categoria de agente contratual com remunerações mais reduzidas, aumento da idade de reforma, redução dos direitos de pensão e contribuições mais elevadas para o regime de pensões. Esta reforma já se traduziu numa poupança de 3 mil milhões de EUR para o contribuinte europeu, devendo gerar novas poupanças num montante de 5 mil milhões de EUR até 2020.

Novidades no financiamento do orçamento da UE

É proposta uma reforma do **sistema de recursos próprios**, com a eliminação do actual recurso próprio baseado no IVA, bem como a criação de dois novos recursos próprios - baseados, respectivamente, numa parte do produto de um **imposto sobre as transacções financeiras (ITF)** e nas receitas nacionais do IVA. O objectivo não é aumentar o orçamento global da UE, mas sim contribuir para os esforços nacionais de consolidação orçamental, **reduzindo as contribuições directas dos orçamentos dos Estados-Membros**. As alterações propostas também irão simplificar as actuais contribuições para o orçamento e reforçar a ligação entre as políticas e o financiamento da UE.

A **Directiva relativa ao ITF da UE** foi proposta em 28 de Setembro de 2011. O ITF será aplicável nos territórios dos 27 Estados-Membros, mas não incide sobre as transacções que envolvam agregados familiares ou pequenas e médias empresas (PME), tais como créditos hipotecários, empréstimos contraídos pelas PME ou contratos de seguro. As operações de câmbio e a mobilização de capitais pelas empresas ou organismos públicos também não serão tributados. Este imposto já existe em 10 Estados-Membros, mas a acção a nível da UE é mais adequada para evitar distorções e reduzir a fragmentação do mercado interno.

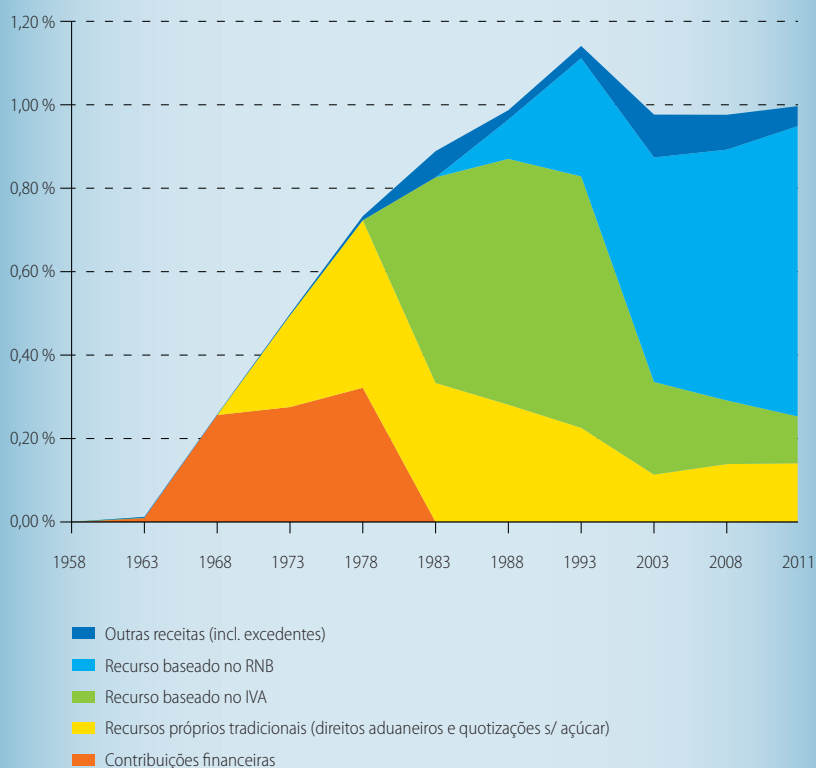
As estimativas preliminares indicam que, em função das reacções do mercado, as receitas do imposto poderão ascender a 57 mil milhões de EUR anuais em toda a UE. Uma parte das receitas poderá ser utilizada como recurso próprio do orçamento da UE, reduzindo assim as contribuições nacionais para o orçamento da UE e aliviando o esforço dos tesouros nacionais.

O novo recurso próprio baseado no IVA irá criar um verdadeiro vínculo entre o nível nacional e da UE e promover uma maior harmonização dos sistemas nacionais de IVA. Permitirá a obtenção de receitas significativas e estáveis para a UE, com custos administrativos e de cumprimento limitados para as administrações e as empresas nacionais.

No que respeita aos recursos próprios, o Conselho adopta uma decisão por unanimidade, após consulta do Parlamento Europeu. A decisão tem de ser ratificada por **todos os Estados-Membros**, em conformidade com as respectivas normas constitucionais.

Receitas orçamentais da UE — 1958-2011

(m % do RNB da UE)



Novidades trazidas pelos novos mecanismos de correcção

Prevê-se igualmente uma **simplificação dos mecanismos de correcção** através da substituição do sistema complexo actual por um sistema simples de redução por montantes fixos das contribuições pagas pelos Estados-Membros com base no RNB. A proposta de reforma baseia-se em princípios definidos em Fontainebleau em 1984, segundo os quais «qualquer Estado-Membro que suporte um encargo orçamental excessivo em relação à sua prosperidade relativa pode beneficiar de uma correcção a conceder no momento oportuno».

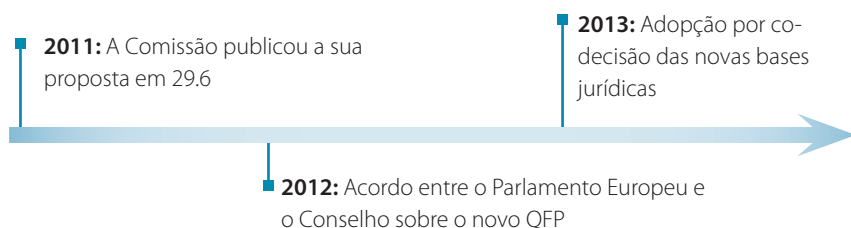
Montantes fixos ajustados em função da prosperidade relativa

em milhões de EUR/a preços correntes	Montante fixo anual para o período 2014–2020 Montante bruto
Alemanha	2 500
Países Baixos	1 050
Suécia	350
Reino Unido	3 600
TOTAL	7 500

Próximos passos

Uma vez apresentadas pela Comissão todas as propostas legislativas em matéria de políticas sectoriais, **o Parlamento Europeu e o Conselho, que são os dois ramos da autoridade legislativa, irão negociar, alterar e tomar uma decisão sobre estas propostas. Para que se possam aplicar as reformas e dar atempadamente início à execução dos novos programas, a adopção do QFP deve ter lugar antes do final de 2012.**

Roteiro





Para mais informações sobre as propostas da Comissão Europeia no âmbito do quadro financeiro plurianual para 2014-2020:

http://ec.europa.eu/budget/reform/commission-proposals-for-the-multiannual-financial-framework-2014-2020/index_en.htm



Para mais informações sobre a programação financeira e o orçamento da UE:

http://ec.europa.eu/budget/index_en.cfm

Para comentários sobre esta publicação:

budget@ec.europa.eu



■ Serviço das Publicações

doi:10.2761/80045
ISBN 978-92-79-21298-7